ISSN: 2358-8829

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS: ENTRE LACUNAS DE FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Elaine dos Santos Bonfim [1]
Gleiciene Moreira de Souza [2]
Iure Dourado Coelho [3]
Stéfanny Nogueira da Silva [4]
Jéssica de Souza Santos [5]
Gisele Ferreira de Amorim [6]

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e um espaço central de formação, engajamento social e exercício da cidadania. No Brasil, esse direito está previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998) e em diversos instrumentos legais que ampliaram o acesso à escola. Contudo, embora o ingresso na educação seja uma conquista relevante, a consagração desse direito exige também a garantia de condições para permanência, participação e aprendizagem, respeitando as distintas características, necessidades e demandas dos estudantes.

A garantia do direito à educação pressupõe a coexistência de condições estruturais e simbólicas de participação ativa e de aprendizagem contextualizada e adequada às especificidades dos estudantes. Nessa conjuntura, a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta-se como uma abordagem voltada à construção de uma escola que reconheça e valorize as diferenças, procurando superar práticas de exclusão e garantir a participação de todos os estudantes no processo

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, bonfimlaine65@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, gleicienesouzacnn@gmail.com;
[3] Mestrando em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia - BA, iuredouradoidc@gmail.com;
[4] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, profstefanny@gmail.com;
[5] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, jessicadesouzasantos07@gmail.com;
[6] Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB. Docente do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, gfamorim@uneb.br;

ISSN: 2358-8829

educativo. Para Mantoan (2003), a inclusão escolar exige uma transformação da escola e de suas práticas, de modo que as diferenças não sejam vistas como obstáculos, mas como parte da diversidade presente no ambiente educacional. Desse modo, a inclusão não se limita à inserção do estudante na sala de aula, pois envolve a criação de condições para sua participação e aprendizagem

Nesse sentido, a efetivação da inclusão escolar demanda a articulação entre diferentes profissionais, serviços, recursos e práticas pedagógicas. É nesse cenário que se destaca o Profissional de Apoio Escolar, cuja atuação ganhou maior visibilidade no contexto das políticas de inclusão. A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, caracteriza esse profissional como aquele responsável por realizar atividades relacionadas à alimentação, à higiene e à locomoção do estudante com deficiência, além de auxiliar nas atividades escolares sempre que sua presença for necessária (Brasil, 2015). Desse modo, sua ação consiste em oferecer suporte ao estudante para favorecer sua participação na rotina escolar, tendo em vista suas necessidades e as atividades desenvolvidas no espaço educacional.

Apesar da presença cada vez mais significativa desses profissionais nas instituições de ensino, sua atuação envolve diferentes questões que ainda são discutidas no campo educacional, especialmente no que diz respeito à formação, às atribuições, à profissionalização, às condições de trabalho e à articulação com os demais profissionais da escola. A ausência de uma compreensão comum sobre essas atribuições pode produzir diferentes formas de atuação e levanta questionamentos sobre o lugar ocupado por esse profissional nos processos de inclusão escolar. Nesse sentido, conhecer como a produção científica tem discutido essa atuação possibilita compreender as diferentes perspectivas construídas sobre o Profissional de Apoio e os desafios presentes nesse campo.

Sob esse prisma, este estudo parte da seguinte questão: como as pesquisas científicas têm abordado a atuação dos profissionais de apoio nos processos de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas? O estudo analisa as contribuições, os desafios, as atribuições, a formação e os limites de atuação desses profissionais, com atenção às discussões relacionadas aos Anos Iniciais da Educação Básica. Para tanto, foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura (Botelho, Cunha e Macedo, 2011), a partir de buscas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ISSN: 2358-8829

As produções selecionadas foram submetidas à leitura, interpretação e análise, considerando seus objetivos, procedimentos metodológicos e principais resultados, de modo a identificar aproximações, diferenças, recorrências, tendências e lacunas presentes na produção científica sobre a atuação desses profissionais. A partir desse levantamento, este estudo buscou compreender o lugar ocupado pelo Profissional de Apoio Escolar nos processos de inclusão e para o fortalecimento das discussões acerca de sua formação e atuação no contexto educacional.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida se caracteriza como uma Revisão Integrativa, buscando reunir, organizar e analisar conhecimentos científicos já produzidos sobre determinada temática (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). O levantamento das produções foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando diferentes combinações dos descritores definidos para a pesquisa e o operador booleano AND. Foram empregados os termos "Educação Inclusiva", "Educação Especial", "Profissional de Apoio" e "Anos Iniciais". Dessa forma, foram realizadas quatro estratégias de busca: "Educação Inclusiva" AND "Profissional de Apoio"; "Educação Especial" AND "Profissional de Apoio"; "Educação Inclusiva" AND "Profissional de Apoio" AND "Anos Iniciais"; e "Educação Especial" AND "Profissional de Apoio" AND "Anos Iniciais".

A primeira estratégia de busca resultou em 9 produções, das quais 2 foram selecionadas para análise. Na segunda combinação, foram localizados 21 resultados, sendo 7 selecionados. Já as duas últimas estratégias que acrescentaram o descritor "Anos Iniciais" não apresentaram resultados, indicando a ausência de produções recuperadas no Portal de Periódicos da CAPES a partir dessas combinações específicas.

A inclusão do descritor "Anos Iniciais" teve como finalidade aproximar os resultados da etapa da Educação Básica delimitada neste estudo. Entretanto, o fato de essas combinações não apresentarem resultados também foi considerado no percurso da pesquisa, uma vez que evidencia uma possível ausência ou baixa recuperação de estudos que articulem, simultaneamente, o Profissional de Apoio, a Educação Inclusiva ou a Educação Especial e os Anos Iniciais, conforme os termos utilizados na busca.

A análise do material selecionado foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, considerando que essa perspectiva permite interpretar os sentidos e as

ISSN: 2358-8829

relações presentes nas produções analisadas (Minayo; Costa, 2018). Para a organização e interpretação dos dados encontrados, foram consideradas categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa, envolvendo formação, atribuições, atuação, contribuições, desafios, limites e autonomia dos estudantes. A partir dessas categorias, procurou-se reconhecer elementos que se repetem entre os estudos, aspectos em que as pesquisas apresentam diferentes perspectivas e possíveis lacunas ainda existentes na produção científica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Inclusão Educacional é mais que um processo de garantia do direito ao acesso aos espaços escolares. Tampouco se encerra na permanência das/os estudantes nessas instituições. Significa, de modo geral, assegurar o desenvolvimento das potencialidades de cada estudante, ofertar-lhe condições de participação ativa e assegurar que sua presença física se transforme em presença educativa, com currículos, práticas e espaços-tempos que dialoguem com suas singularidades. A efetivação da Educação Inclusiva perpassa, portanto, pela transformação dos espaços-tempos educativos, de modo a compreender a diversidade que compõe a comunidade escolar e a contemplar as demandas específicas de cada sujeito. Isso implica na (des)construção da Cultura Escolar instituída e na problematização dos múltiplos fenômenos que resultam em/de processos excludentes.

Para Libâneo (2018), a cultura escolar é um elemento fundamental da educação, pois orienta as práticas pedagógicas, a organização curricular e os processos de aprendizagem. Entretanto, historicamente, as comunidades escolares também têm reproduzido formas de exclusão direcionadas a grupos marginalizados. Nesse contexto, os currículos frequentemente seguem perspectivas eurocêntricas, enquanto as práticas pedagógicas priorizam abordagens homogeneizadoras e a aprendizagem é reduzida, muitas vezes, a resultados quantitativos. Assim, a construção de uma escola inclusiva exige compromissos ético-políticos coletivos, pautados na valorização da diversidade e em seu reconhecimento como elemento constitutivo do desenvolvimento humano.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão exige mais do que a simples inserção do estudante no ambiente escolar, sendo necessário garantir sua participação

ISSN: 2358-8829

efetiva e seu desenvolvimento. Para isso, fazem-se necessárias transformações nas práticas didático-metodológicas, considerando as diferentes necessidades, experiências e potencialidades dos estudantes. Nesse sentido, uma Educação Inclusiva pressupõe práticas pedagógicas flexíveis, diversificadas e acessíveis, que respeitem as singularidades dos processos de aprendizagem e assegurem condições equitativas de participação e desenvolvimento para todos.

A busca pela inclusão também compreende a construção de políticas públicas que assegurem a escolarização dos estudantes público da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) define a Educação Especial como uma modalidade educacional que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos e serviços e orientando estudantes e professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008).

Nessa perspectiva, o AEE passa a ter função complementar ou suplementar à formação dos estudantes, auxiliando para a identificação e fornecimento de recursos que favoreçam sua participação no processo de escolarização. No entanto, a construção de uma escola efetivamente inclusiva exige uma atuação articulada entre os diferentes profissionais que compõem a comunidade escolar, pois a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao professor da sala comum ou aos profissionais que atuam diretamente no atendimento aos estudantes da Educação Especial. A perspectiva inclusiva, por conseguinte, implica reformular a organização da escola, as práticas pedagógicas, as relações estabelecidas no cotidiano escolar e os diferentes apoios oferecidos aos estudantes.

É nesse contexto que os profissionais de apoio escolar ganham ainda mais importância, principalmente diante das necessidades apresentadas por determinados estudantes no cotidiano escolar. A oferta de apoio deve estar articulada ao processo educativo e contribuir para a participação e a autonomia do estudante, evitando práticas que resultem em dependência, isolamento ou substituição de suas possibilidades de atuação. Assim, pensar a Educação Especial na perspectiva inclusiva também implica discutir como os diferentes profissionais envolvidos nesse processo compreendem e desenvolvem suas atribuições no interior da escola.

ISSN: 2358-8829

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205 que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, art. 205). Nesse sentido, o texto constitucional estabelece a educação como um direito fundamental e fundamenta a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à educação. No que se refere à educação especial, o artigo 208, inciso III, prevê a garantia do AEE, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Embora a Constituição Federal não mencione especificamente o Profissional de Apoio Escolar, suas disposições constituem uma das bases legais para a construção de políticas voltadas à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, estabelece, em seu artigo 59, inciso III, a necessidade de professores com formação adequada para atender às demandas da educação especial, prevendo "Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (Brasil, 1996, art. 59, III). Embora esse dispositivo trate da formação de professores para a educação especial e não regulamente especificamente a função do Profissional de Apoio Escolar, contribui para a compreensão das exigências relacionadas à oferta de serviços educacionais adequados às necessidades dos estudantes.

Neste sentido, a formação dos profissionais que atuam na Educação Inclusiva constitui um aspecto fundamental para a construção de práticas que respondam à diversidade presente no espaço escolar. Pletsch (2009) destaca que a formação profissional precisa considerar os desafios colocados pela inclusão e possibilitar conhecimentos que contribuam para a atuação diante das diferentes necessidades educacionais dos estudantes. Nesse sentido, a formação constitui uma dimensão importante para qualificar os apoios oferecidos no cotidiano escolar.

No caso dos profissionais de apoio escolar, essa discussão ganha especificidade diante da diversidade de funções que podem assumir nas instituições de ensino. Mendes e Lopes (2023) identificam diferentes formas de atuação desses profissionais, envolvendo desde o auxílio em atividades de vida diária até o acompanhamento de atividades pedagógicas e o suporte à participação dos estudantes. Essa diversidade

evidencia a necessidade de maior clareza quanto às atribuições e aos limites de sua atuação. A profissionalização, portanto, não se restringe à formação inicial ou continuada, pois envolve também o reconhecimento das funções desempenhadas e das condições necessárias para o exercício do trabalho. Mendes e Lopes (2023) apontam situações de precarização, desvio de função e ausência de um perfil profissional definido em diferentes contextos, aspectos que podem interferir na qualidade do apoio oferecido aos estudantes.

Desse modo, a formação e a profissionalização dos profissionais de apoio devem estar articuladas aos princípios da Educação Inclusiva, à organização da escola e ao trabalho desenvolvido pela equipe escolar. A leitura dos trabalhos possibilitou identificar aspectos recorrentes e diferentes perspectivas sobre a temática, contribuindo para uma compreensão mais ampla das questões que envolvem o exercício dessa função. Mais do que oferecer assistência, sua atuação deve contribuir para a participação e a autonomia dos estudantes, evitando práticas que os tornem dependentes ou substituam suas possibilidades de ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados compreendem a atuação do Profissional de Apoio como uma dimensão importante para a efetivação da Educação Inclusiva, evidenciando um cenário marcado pelo reconhecimento da importância desse profissional e pela permanência de desafios relacionados à sua formação, às suas atribuições e às condições de desenvolvimento de seu trabalho. Embora sua presença tenha ganhado maior visibilidade no contexto escolar, persistem obstáculos relacionados à preparação para o exercício da função e à definição de seu lugar no processo educativo.

Para a realização da análise, foram selecionados nove artigos científicos, publicados entre 2020 e 2024, que abordam diferentes aspectos relacionados à atuação do Profissional de Apoio no contexto da Educação Especial e da Educação Inclusiva. As produções contemplam discussões sobre as atribuições desses profissionais, sua formação, as políticas públicas que orientam sua atuação e os desafios encontrados no cotidiano escolar. O Quadro 1 apresenta a identificação dos estudos que compõem o corpus desta pesquisa.

Quadro 1: Artigos selecionados para a análise

ISSN: 2358-8829

Título	Autor/a/as/es	Periódico	Ano
O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial	Denise Macedo Ziliotto e Amanda Burchert	Roteiro	2020
Das normativas às práticas cotidianas: educação especial na rede municipal de ensino de Canoas-RS	Miriam Garcia Müller e Cláudia Rodrigues de Freitas	Revista Expressão Católica	2020
Atuação e preparo do Profissional de Apoio na Educação Básica no Brasil	Nara Rúbia Marques Metzka, Rhubia Rodrigues de Oliveira e Ellen Fernanda Klinger	Research, Society and Development	2022
Políticas públicas de educação inclusiva: uma perspectiva entre os profissionais de apoio escolar e estudante mediado	Priscila de Souza Nascimento e Ricael Spirandeli Rocha	Revista Educação e Políticas em Debate	2022
Fragmentos de uma narrativa em curso sobre o profissional de apoio pedagógico na Educação Especial	Isabel Matos Nunes e Marcia Alessandra Souza Fernandes	Revista Espaço Pedagógico	2022
Profissionais de apoio na concepção de professoras da sala regular	Carolina Batista Estabile e Alciene Fusca Machado Cordeiro	Revista Pedagógica	2022
A atuação e as atribuições do profissional de apoio contrapontos da escola e legislação	Letícia Nascimento e Christianne Souza	Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação	2023
Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial	Clarissa Haas, Claudio Roberto Baptistae Cláudia Rodrigues de Freitas	Cadernos de Pesquisa	2024
Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática	Ideilton Alves Freire Leal, Susana Couto Pimentel e Aline Pereira da Silva Matos	Tópicos Educacionais	2024

Fonte: Elaboração do/as autor/as

No estudo *Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática*, os autores Leal, Pimentel e Matos (2024) buscam analisar o perfil e atribuições dos profissionais de apoio escolar como parte das políticas de inclusão no Brasil. As análises evidenciaram que há um contexto ambíguo e polissêmico, presente tanto na legislação brasileira, quanto nas literaturas, que discutem acerca deste assunto, e que isso têm refletido na diversidade de perfis e atribuições designadas a esse profissional. Em outro estudo, denominado, *Fragmentos de uma narrativa em curso sobre o profissional de apoio pedagógico na Educação Especial,* Fernandes e Nunes (2022) também apontam a ausência de uma política de Estado efetiva para a atuação do profissional de apoio pedagógico. As consequências disso são o desvio de função, o comprometimento da oferta dos serviços educacionais e a

negligência de direitos assegurados. Na pesquisa *Políticas públicas de educação inclusiva: uma perspectiva entre os profissionais de apoio escolar e estudante mediado*, Nascimento e Rocha (2022) discutem a atuação dos profissionais de apoio a partir das políticas públicas de Educação Inclusiva e da relação estabelecida com os estudantes acompanhados. Os resultados da pesquisa apresentam questões referentes à definição de suas funções e ao lugar que ocupa no processo educativo, além de trazerem novos olhares acerca da relação deste profissional com o estudante mediado.

Muller e Freitas (2020), em sua pesquisa *Das normativas às práticas cotidianas: educação especial na rede municipal de ensino de Canoas-RS*, trazem, de forma pontual, as atribuições do Profissional de Apoio com referência à Lei 13.146/2015. Conforme é destacado, a atuação desse profissional deve ocorrer quando houver necessidade, e essa não necessariamente está relacionada à existência de um laudo médico que indique alguma deficiência, altas habilidades e/ou superdotação. Em diálogo à isso, Haas, Baptista e Freitas (2024), questionam em seu estudo, *Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial*, se a valorização excessiva da necessidade de Profissional de Apoio escolar é realmente um benefício ao estudante, ou contribui para uma relação de dependência e de restrição das interações sociais. O estudo buscou encontrar soluções para conter o avanço da patologização da política pública em educação especial e concluiu que é necessário que sejam criadas diretrizes orientadoras, mais explícitas, a respeito do perfil desse profissional.

Na pesquisa intitulada *A atuação e as atribuições do profissional de apoio contrapontos da escola e legislação,* Xavier e Souza (2023) investigam as atribuições dos profissionais de apoio no cotidiano escolar, considerando a formação profissional e as orientações presentes na legislação. Além de evidenciar as divergências na atuação desse profissional, a pesquisa destaca as dificuldades relacionadas à formação inicial e continuada desses profissionais, pontuando a necessidade de ampliação das oportunidades de formação para o exercício da função.

No estudo intitulado *O profissional de Apoio e a Inclusão de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial*, as autoras Burchert e Ziliotto (2020), evidenciam que nem todos os profissionais possuem preparação específica ou experiências anteriores no trabalho com crianças. Além disso, o estudo aponta que os profissionais de apoio frequentemente desempenham atribuições que extrapolam suas responsabilidades, especialmente quando os professores não compreendem claramente os limites e as

especificidades dessa função. Este fato torna-se evidente na pesquisa, *Profissionais de apoio na concepção de professoras da sala regular*, Estabile e Cordeiro (2022), na qual muitas das professoras entrevistadas pelas autoras atribuem ao Profissional de Apoio a responsabilidade pelas adaptações pedagógicas e até mesmo pelo acompanhamento do seu desenvolvimento, por meio de uma idealização de proximidade entre eles e o estudante. Tais atribuições, entretanto, não correspondem necessariamente às funções previstas para esse profissional, podendo gerar sobrecarga e comprometer a autonomia do aluno, além de interferir na atuação do professor como responsável pelo processo de ensino e aprendizagem.

Em *Atuação e preparo do Profissional de Apoio na Educação Básica no Brasil*, Metzka, Oliveira e Klinger (2022) discutem a inserção desse profissional no contexto da Educação Inclusiva, destacando sua importância no processo de inclusão escolar e a necessidade de preparação para o exercício da função. A partir dessa discussão, compreende-se que a presença do Profissional de Apoio nas instituições de ensino envolve questões que vão além de sua presença no espaço escolar, pois também é necessário considerar os conhecimentos e o preparo necessários para atender às diferentes demandas dos estudantes. Nesse sentido, a pesquisa contribui para a reflexão sobre a importância da formação e da preparação desse profissional, especialmente diante das diversas situações que podem surgir no cotidiano escolar e que exigem uma atuação comprometida com as necessidades dos estudantes e com a efetivação da inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou a relevância do Profissional de Apoio Escolar para a implementação da Educação Inclusiva, ressaltando desafios ligados à formação, à imprecisão das atribuições e aos desvios de função. Os estudos analisados mostram que, mesmo com os avanços legais, persistem obstáculos na organização e no desenvolvimento do trabalho desses profissionais no contexto escolar.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de mais clareza na definição das atribuições, de investimento na formação inicial e continuada e da valorização profissional. O trabalho do Profissional de Apoio deve promover a participação na

autonomia dos estudantes, sem substituir as responsabilidades pedagógicas dos professores, sendo essencial a articulação entre os diferentes profissionais da escola.

Por fim, destaca-se a necessidade de expandir as investigações sobre a atuação dos profissionais de apoio, com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Espera-se que as considerações apresentadas sirvam para fortalecer o debate acerca da formação, da profissionalização e das condições de trabalho desses profissionais, estimular práticas educacionais comprometidas com a inclusão, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Profissional de Apoio, Anos Iniciais, Formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial SEESP/MEC, 2008.

BRASIL. **LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009.

ESTABILE, Carolina Batista; CORDEIRO, Alciene Fusca Machado. Profissionais de apoio na concepção de professoras da sala regular. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 1–23, 2022. DOI: 10.22196/rp.v24i1.7026. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7026 . Acesso em: 29 set. 2026.

HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto; FREITAS, Cláudia Rodrigues de. Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 54, 2024.

LEAL, Ideilton Alves Freire; PIMENTEL, Susana Couto; MATOS, Aline Pereira da Silva. Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática. **Tópicos Educacionais**. v. 30 n. 1, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: o que dizem os professores, dirigentes e pais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, SP, v. 2, n. 1, 2015. DOI: 10.36311/2358-8845.2015.v2n1.5169. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/5169. Acesso em: 22 out. 2026.

METZKA, Nara Rúbia Marques; OLIVEIRA, Rhubia Rodrigues de; KLINGER, Ellen Fernanda. Atuação e preparo do Profissional de Apoio na Educação Básica no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n.16, 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves; LOPES, Mariana Moraes. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, 2023. DOI: 10.1590/S1413-24782023280081.

MÜLLER, Miriam Garcia; FREITAS, Cláudia Rodrigues de. Das normativas às práticas cotidianas: educação especial na rede municipal de ensino de Canoas-RS. **Revista Expressão Católica**, v. 9, n. 2, 2020.

XAVIER, Letícia de Sousa Nascimento; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. A atuação e as atribuições do profissional de apoio contrapontos da escola e legislação. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**. Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 259-281, maio./ago. 2023

NASCIMENTO, Priscila de Souza; ROCHA, Ricael Spirandeli. Políticas públicas de educação inclusiva: uma perspectiva entre os profissionais de apoio escolar e estudante mediado. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 456–471, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-61629. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/61629. Acesso em: 29 set. 2026.

NUNES, Isabel Matos; FERNANDES, Marcia Alessandra Souza. Fragmentos de uma narrativa em curso sobre o profissional de apoio pedagógico na Educação Especial. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 1, p. 177–196, 29 set. 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. DOI: 10.1590/S0104-40602009000100010.

ZILIOTTO, Denise Macedo; BURCHERT, Amanda. O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–24, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21096. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21096. Acesso em: 29 set. 2026.